



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

---

<b>Representado:</b>	Enoghalliton de Abreu Arruda, Prefeito de Pirapetinga
<b>Representantes:</b>	Joel Firmino de Assunção, Carlos Henrique Gonçalves Duarte, Anderson Messias Pacheco, Anselmo Moraes Rezende e Bruno Barros Portes Pinto, Vereadores da Câmara Municipal de Pirapetinga.
<b>Objeto:</b>	Irregularidades na execução dos Convênios 01/-J-2017 e 018/-I-2017 celebrado entre a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – AMERP e o Município de Pirapetinga.

**PORTARIA N. 17, de 4 de dezembro de 2017**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio do Procurador signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO que as informações encaminhadas a este Procurador relatam eventuais irregularidades na execução de convênios celebrados entre a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – AMERP e o Município de Pirapetinga;

RESOLVE, com fundamento nos arts. 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição República e no art. 2º, III, da Resolução n. MPC-MG N. 07/2013, INSTAURAR o presente **INQUÉRITO CIVIL**, determinando, desde logo:

- a) expedição de Ofício ao Prefeito de Pirapetinga, requisitando, com prazo de 20 (vinte) dias para o cumprimento da diligência, consoante autoriza o art. 26, I, “b”, da Lei n. 8.625/1993:
  - a.1) cópia dos Convênios 01/-J-2017 e 018/-I-2017;
  - a.2) cópia da formalização dos pagamentos (notas de empenho e documentação instrutória) de todas as despesas decorrentes dos Convênios 01/-J-2017 e 018/-I-2017;
  - a.3) cópia da folha de pagamento do último mês encerrado contabilmente;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

---

b) expedição de Ofício ao Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – AMERP, requisitando, com prazo de 20 (vinte) dias para o cumprimento da diligência, consoante autoriza o art. 26, II, da Lei n. 8.625/1993:

b.1) cópia do Estatuto da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – AMERP e da ata de eleição da Diretoria em exercício;

b.2) relação contendo o nome dos empregados e o respectivo vínculo;

b.3) relação dos prestadores de serviço contratados pela Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – AMERP;

b.4) rol das licitações, enumeradas sequencialmente, referente aos exercícios de 2013 a 2017, contendo as seguintes informações: número do processo licitatório, data de abertura do processo licitatório, modalidade, objeto, licitantes vencedores, data da homologação, valores contratados. Incluir Dispensas e Inexigibilidades.

Publique-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte, MG, 4 de dezembro de 2017.

**Glaydson Santo Soprani Massaria**  
Procurador do Ministério Público de Contas